

SANEAR

A REVISTA DO SANEAMENTO

ANO XII
N. 33

MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

- Projeto de Lei nº 3.261/2019 define novas regras para o setor
- Conheça a atuação da Aesbe no Congresso
- Resultados das empresas estaduais
- Experiências internacionais apontam para a reestatização



**CADA
R\$ 1,00
INVESTIDO EM SANEAMENTO
GERA ECONOMIA DE
R\$ 4,00 NA SAÚDE**

Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram que, considerando o avanço gradativo do saneamento no Brasil, em 20 anos (de 2015 a 2035), será possível economizar R\$ 7,239 bilhões com despesas de internação no Sistema Único de Saúde, o SUS. Saneamento é sinônimo de qualidade de vida e desenvolvimento para o país!

SAIBA MAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO: WWW.AESBE.ORG.BR

SANEAMENTO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO

N o momento em que se discute o novo Marco Legal do Saneamento, é natural que os olhares se voltem para analisar a atuação dos diversos operadores dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitários presentes em todo o país, e em especial, para a atuação das empresas estaduais, responsáveis pela prestação de serviços nas áreas urbanas de mais de 4 mil municípios, englobando aproximadamente 75% da população urbana brasileira.

O olhar simplório dos números do saneamento apresentados para o Brasil, e mais especificamente o déficit existente – 16,6% da população brasileira (cerca de 33 milhões de pessoas) não recebem água tratada e 47% (por volta de 95 milhões) não têm acesso à coleta de esgoto – pode ensejar, quando não analisado com a devida profundidade, uma visão equivocada da atuação das empresas estaduais. Ao avaliar a fundo esse cenário, percebe-se que investimentos nas empresas estaduais geram resultados sólidos e crescentes. Nos últimos dez anos, por exemplo, essas companhias foram responsáveis por um crescimento significativo nos serviços: nas áreas urbanas, as ligações de água cresceram 48% e as de esgoto, 70% no período.

Em todas as regiões do país, são muitos os casos positivos advindos dos esforços diários dos milhares de trabalhadores das empresas estaduais. Basta acessar seus sites na internet para constatar a profusão de obras e a ampliação de serviços, muitos deles realizados em conjunto com a iniciativa privada por meio de parcerias público-privadas, as PPPs, e outras modalidades de parcerias.

A Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) entende que a revisão do Marco Legal do Saneamento é uma oportunidade para criar diretrizes adequadas à universalização,

facilitar a atuação de todos os atores do processo, sejam eles públicos ou privados, bem como criar a segurança jurídica necessária para que o setor se desenvolva na velocidade requerida pela sociedade. Para isso, é preciso que o Congresso Nacional realize um debate amplo e aberto ao diálogo, sem que interesses econômicos se sobressaiam no momento de definir soluções.

É um dos bens mais valiosos da nação que está em jogo. A água e mais precisamente o saneamento estão diretamente ligados à saúde pública, ao crescimento da economia e à dignidade dos cidadãos. Que nossos governantes entendam tratar-se de um direito de todos e, por isso, de um dever do Estado.

A Revista Sanear está de volta, com um novo projeto editorial e gráfico, mas com o mesmo compromisso: trazer em suas páginas informações atualizadas do setor, difundir as boas práticas implantadas nas companhias estaduais, bem como explicitar o importante trabalho realizado pelas empresas estaduais em benefício dos brasileiros e para o desenvolvimento do país. Uma boa leitura a todos.

Marcus Vinícius Neves,
diretor-presidente
da Aesbe



AS EMPRESAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO LEVAM ÁGUA PARA 75%

E REDE DE ESGOTO PARA 59,7% DOS DOMICÍLIOS URBANOS

Para chegar a 100% das
cidades essas empresas estão
unidas em uma associação.

**Aesbe: pela universalização
do saneamento para o
desenvolvimento do Brasil**




aesbe
Associação Brasileira das Empresas
Estaduais de Saneamento



16 MATÉRIA DE CAPA

Conheça as principais diretrizes do Marco Legal do Saneamento

21 AESBE NO CONGRESSO

Descubra como é a atuação da Aesbe, junto ao Congresso, na defesa das companhias estaduais e da universalização dos serviços

23 ÚLTIMAS

Fique por dentro das novidades sobre o saneamento

25 BRASIL HÍDRICO

Confira as principais reportagens realizadas pelas empresas associadas

26 Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa

28 Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb

30 Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece

32 Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar

34 Companhia de Água e Esgoto da Paraíba – Cagepa

36 Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – Caer

38 OPINIÃO

Entenda qual é a importância dos contratos de programa e como eles funcionam

6 ENTREVISTA

Acompanhe a entrevista com o deputado Fernando Monteiro a respeito do texto alternativo do PL nº 3.261/2019

8 SUSTENTABILIDADE

Conheça o compromisso das empresas associadas com a população e o meio ambiente

10 INOVAÇÃO

Confira o projeto de tecnologia da Sabesp que apresenta soluções inovadoras para o setor

12 ESPECIAL

Entenda como o Consórcio Nordeste fortalece o saneamento na região. Saiba mais sobre os novos dirigentes da Aesbe

EXPEDIENTE

Coordenação editorial: Ubiratan Pereira da Silva. **Pesquisa:** Cristina Valentino e Joaquim Souza (8261/DF). **Projeto Editorial, Gráfico e Design:** iComunicação. **Capa:** Shutterstock. **Imagens:** Arquivo Aesbe, Divulgação e Shutterstock. **Impressão:** Gráfica Coronário. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Diretor-Presidente:** Marcus Vinícius Fernandes Neves (Cagepa/PB). **Diretores Vice-Presidentes Regionais:** Neuri Freitas (Cagece/CE), Rogério Cedraz (Embasa/BA), Ricardo Soavinski (Saneago/GO), Armando do Valle (Cosama/AM), Carlos Eduardo Tavares de Castro (Copasa/MG) e Cláudio Stabile (Sanepar/PR). **Conselho Fiscal:** Roberta Maas dos Anjos (Casan/SC), James da Silva Serrador (Caer/RR) e Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN).



Arquivo Aesbe

DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO

Deputado federal do Partido Progressista (PP), eleito pelo estado de Pernambuco, defende posicionamento divergente ao relatório aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei (PL) nº 3.261/2019, que cria um novo marco para o saneamento básico no Brasil. Ele redigiu um texto alternativo, que define um objetivo claro: a universalização do saneamento para todos os brasileiros. A importância das empresas estaduais nesse processo também é abordada. Nesta entrevista, Monteiro fala sobre o tema.

“O QUE EU BUSCO COM O TEXTO SUBSTITUTIVO É MOSTRAR QUE NÃO PODEMOS DEPRECIAR AS ESTATAIS E NEM EXALTAR AS EMPRESAS PRIVADAS”

Quais os pontos do Projeto de Lei nº 3.261/2019 que o senhor considera mais prejudiciais ao saneamento? Na verdade, o que a gente entende é que a situação do saneamento no Brasil, do jeito que está, não pode ficar. A comissão especial está há quase um ano e meio debatendo esse tema e o que podemos confirmar é que o prejudica principalmente o semi-árido nordestino e o Norte. Um exemplo disso é que no Nordeste falta água e no Norte sobra água. São duas situações diferentes. Então, o que busco com meu texto substitutivo é mostrar que não podemos depreciar as estatais e nem exaltar as empresas privadas. É preciso encontrar um equilíbrio, dentro do qual o ônus nunca recaia sobre o Estado.

Em quais partes do texto que o senhor propôs diverge do texto original? Bom, quando eu apresentei o projeto, eu defendi quatro questões importantes. Saneamento é água, esgoto, resíduo sólido e drenagem. E do jeito que o projeto está caminhando, ele avalia apenas duas condições. Então, dessa forma, não adianta.

Não podemos ter dúvidas sobre o que está sendo alterado. Por isso, no meu voto em separado, pontuei alguns avanços, mas destaquei o ponto principal, que é o contrato de programa, que, mais uma vez, está sendo depreciado. E o nosso objetivo é aperfeiçoar as regras para que municípios menores – não rentáveis – também sejam atendidos, fortalecendo principalmente quem mais precisa de água. Então, não estou aqui dizendo que é melhor a companhia privada ou a estadual, o que eu quero é que o serviço seja universalizado. E acredito que há companhias estaduais com capacidade de fazer isso junto com outros parceiros.

Como o senhor avalia a importância dos contratos de programa? No meu projeto de lei, coloquei que a transição das empresas deveria ser aferida a cada quatro anos de contrato. Porque se a gente cria uma lei e depois de dez anos ela precisa ser reestruturada, alguma coisa ficou faltando. Penso também que se em quatro anos não fizeram nada, não será nos anos seguintes que irão fazer.

Então, o nosso objetivo é promover mais segurança para o alcance do objetivo comum. Queremos que as pessoas sejam atendidas com saneamento.

Quem defende a privatização fala na ineficiência das empresas regionais, mas o problema para atingir a universalização não seria a falta de investimentos da União e dos estados no setor? O que a gente precisa é ter um planejamento estratégico com metas a serem cumpridas e reguladas. Precisamos de leis

claras para que as empresas que não cumprirem seus serviços sejam punidas. No meu PL, para o contrato, a empresa privada ou pública precisa dizer de onde vem o recurso. Vejo as estatais evoluindo e reconhecendo as melhorias. Tem capital privado? De repente tem que ter. Mas não pode ser algo generalizado. Um dia me perguntaram: “Deputado, mas qual é a sua bandeira?” Eu disse: “Simples, é uma coisa que eu acho que nunca foi feita: tratar os desiguais de forma desigual.” A gente não pode aplicar uma lei em São Paulo e esperar que tenha

o mesmo resultado na Paraíba. Além disso, eu não vejo, no projeto, nada que trate do meio rural. E essas evoluções constam no meu substitutivo.

Fale sobre a importância das empresas estaduais de saneamento. Elas evoluíram bastante. Muitas já estão dando lucro. Acho que precisamos juntar as mãos e estar preparados para começar a mudança.

Você ressaltaria algum ponto positivo no atual texto do PL? Há muitos aspectos positivos. Houve uma evolução em relação ao projeto do governo. Acredito que se a gente resolver a questão do contrato de programa por meio da ampliação do tempo para a transição, logo iremos falar sobre drenagem e resíduos sólidos.

Deputado, atualmente, que tipo de política pública está em andamento?

Bem, hoje em dia tem muita coisa sendo feita. Em Pernambuco, por exemplo, temos uma parceria público-privada (PPP) na Região Metropolitana. E, no meu ponto de vista, está funcionando. As metas estão sendo cumpridas. A minha intenção é criar mecanismos viáveis para que as pessoas tenham saneamento e dignidade, podendo ir e vir com tranquilidade graças à diminuição nos índices de mortalidade infantil e de doenças.

E qual é a sua expectativa para a votação?

Podemos votar ainda em 2019. Estamos trabalhando para alterar o texto, mas infelizmente também temos que ceder a algumas questões. Em relação ao resíduo sólido e à drenagem, acredito que ainda ficarão de fora. No Brasil, existem leis que precisam ser melhor trabalhadas. Se você errar por ineficiência, vai ter que pagar por isso. Porque ficam jogando a culpa de um para o outro. Ah, a culpa foi da enchente, a culpa foi do solo. A culpa foi da prefeitura que não tirou o lixo, ou do estado, que não fez a drenagem. Enfim, eu brigo por leis claras. As empresas privadas precisam ganhar seu dinheiro, e o setor público também. 💧



Arquivo Acébe

SANEAMENTO BÁSICO

Um compromisso com a população e o meio ambiente

SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO como infraestrutura, instalações de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos são conhecidos pelo forte impacto sobre a saúde da população brasileira e do meio ambiente. Os dados mais recentes do Ministério da Saúde (DATASUS) mostram que, em 2017, foram notificadas mais de 258 mil interações no país por doenças provenientes de veiculação hídrica.

No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº 11.445/2007. Um de seus princípios é a universalização, que objetiva promover, a todos os brasileiros, acesso ao abastecimento de água com qualidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a doença mais reportada pelas prefeituras é a dengue. Em 2017, houve, igualmente, epidemias do vírus zika e de chikungunya, todas transmitidas pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, que se reproduz em água parada. Outros males



de grande incidência, como a diarreia e verminoses, também foram provocados pela falta de saneamento.

Apesar desse cenário, no município baiano de Vitória da Conquista (BA), essa realidade não é mais uma constante. Com 350 mil habitantes, a cidade ocupa a melhor posição na cobertura de saneamento básico do Norte-Nordeste, com 95% da população atendida. Para Rogério Souza, morador do bairro Jardim Candeias, muita coisa mudou depois que o serviço chegou à sua região. “A Embasa trouxe esgotamento sanitário e água de excelente qualidade para todos. Depois das obras, tudo mudou. Hoje, não se vê mais esgoto correndo nas ruas, as condições de trafegabilidade melhoraram e também houve uma redução drástica na poeira, o que proporcionou uma melhoria significativa do ar e da saúde da população”, destaca.

Novas obras | As inovações e os investimentos no município não param por aí. Novos serviços de saneamento já estão em andamento para melhorias complementares em Vitória da Conquista. A

principal delas é a construção da Barragem do Catolé, que recebeu mais de R\$ 140 milhões em recursos e vai proporcionar segurança hídrica a toda a região. Além disso, a barragem atrairá indústrias, promoverá o desenvolvimento da agropecuária, do comércio e do setor de serviços e beneficiará os irrigantes da Barra do Choça. E isso tudo reflete na geração de empregos dentro do município.

A barragem ficará a jusante do Rio Catolé com o Ribeirão Água Fria, formando o Rio Catolé Grande. Sua bacia hidrográfica ocupará uma área de 761,20 km², com altura de 53 m. Sua extensão será de 347 m com largura do vertedouro de 55 m, volume máximo normal de 23,73 hm³ e vazão regularizada de 670 litros por segundo.

Saneamento e sustentabilidade | Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Entre eles, há uma agenda a ser cumprida até 2030, que prevê a garantia de saneamento e distribuição de água, com qualidade, para a população mundial e o fim da defecação a céu aberto.

Além disso, os objetivos relacionados ao meio ambiente envolvem a busca de apoio para a capacitação de países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, como coleta de água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reuso.

“Os investimentos no saneamento básico estão viabilizando saúde de qualidade para população, redução nos índices de mortalidade infantil e doenças de veiculação hídrica. Já para o município de Vitória da Conquista, é um vetor de desenvolvimento que está facilitando novos investimentos, novas indústrias e novos empreendimentos para cidade”, afirma o presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Rogério Costa Cedraz.

Há mais de dez anos o estado vem investindo na qualidade do saneamento e na melhoria dos seus índices. Basta observar que, antes, apenas 45% das residências recebiam tratamento de esgoto. Em suma, os municípios baianos vêm seguindo um caminho em prol da universalização do acesso ao saneamento básico como um direito de todos. 💧



Apresentação dos projetos finalistas à banca examinadora

TECNOLOGIA NO SANEAMENTO BÁSICO

Pitch Sabesp fomenta soluções inovadoras em busca de benefícios para o setor

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP) abastece com água, diariamente, 27,9 milhões de pessoas e realiza coleta e tratamento de esgotos de 22,8 milhões de habitantes. Os números fazem da Sabesp uma das maiores empresas de saneamento do mundo, condição que a inspira a encontrar novas soluções para a população paulista. O *Pitch Sabesp* está entre essas iniciativas. O

programa, lançado em dezembro de 2018, busca atrair projetos inovadores e melhorar o serviço ao cliente, trazendo alternativas para os desafios diários enfrentados pela instituição.

Logo na primeira edição, foram recebidas 585 propostas de pessoas físicas e *startups* brasileiras e internacionais. Para os participantes, a iniciativa é uma grande oportunidade de negócios e reconhecimento. Eles puderam apresentar inovações em cinco áreas que constituem a companhia:

experiência dos clientes; redução de perdas; tecnologias para o saneamento; eficiência operacional e energética; e gestão corporativa. Para isso, a Sabesp propôs 27 desafios para os quais os interessados deveriam sugerir soluções. Um dos mais concorridos foi “Como facilitar o pagamento pelos clientes”, o que demonstra a importância de demandas que simplifiquem o atendimento à população. Contudo, a área que recebeu mais propostas foi a de “Tecnologias para o saneamento”, com 238 projetos inscritos.

CONHEÇA OS VENCEDORES

CATEGORIA PESSOA FÍSICA

DAVID BERTO FARIAS

Utilizando técnicas de *Big Data*, o objetivo é diminuir a necessidade de denúncias de ligações clandestinas e detectar possível contaminação da água.

HERBERT BRUCHAMANN JUNIOR

Projeto para leitura/medição mensal do consumo de água possibilitando ao usuário optar pela leitura pelo próprio *app* ou pelos meios tradicionais. Caso o usuário opte pelo recurso, um desconto mensal na conta de água poderá ser concedido.

MARCO ANTÔNIO SOMBRA DE MENEZES

Novo negócio que utiliza rede de tubos para distribuir energia e água, armazenando em caixas elevadas para emergência e deslocamento de carga da ponta. O procedimento é feito com o uso de energia eólica de baixo custo e do biodigestor transportável Akubaré.

CATEGORIA STARTUP

EWALLY

Plataforma de pagamentos e transações financeiras integrada ao SPB, a qual pode ser utilizada para o pagamento das faturas.

ADVIZZO

A *startup* promove o engajamento – a partir de ciência comportamental e aprendizado de máquina – de consumidores de empresas de distribuição de água (saneamento), energia elétrica e gás natural, alterando o patamar de experiência e relacionamento com os clientes.

UTILIS ISRAEL

A Utilis detecta vazamentos nos sistemas de abastecimento de água ao analisar imagens de satélite.

CITY TAPS

Desenvolve o CTSuite, que é um sistema que compreende um medidor de água pré-pago inteligente (CTMeter) e o *software* que o acompanha (CTCloud). O CTSuite permite que os usuários finais adicionem “créditos de água” ao seu CTMeter para realizar pagamentos (PAYG) a qualquer momento, de qualquer telefone e em qualquer quantia.

A Nanotech foi uma das finalistas. A *startup* apresentou um equipamento denominado NanoBOT, que introduz na água microbolhas com gás natural para infundir oxigênio e ozônio nos tanques, criando, assim, grande volume de radicais hidroxila, poderoso desinfetante capaz de destruir bactérias, toxinas e microrganismos. “Inicialmente, o produto foi idealizado para utilização em estações de tratamento de água, mas deu tão certo que se percebeu a possibilidade de ampliação para áreas de mananciais”, explica William Marandola, gerente-geral da subsidiária da Nanotech no Brasil.

Graças à importância adquirida pelo projeto, a *startup* de origem americana abriu uma filial no Brasil. O dirigente comenta sobre a importância do *Pitch*: “Trata-se não apenas da validação técnica do NanoBOT, mas de um estímulo para os próximos passos. Existe toda uma preocupação da Sabesp em desenvolver, lado a lado com as empresas, o modelo de negócio e sua viabilidade técnica, bem como a experiência profissional e acadêmica da equipe.”

Cooperação técnica | As propostas selecionadas serão colocadas em prática dentro da Sabesp por meio de um termo de cooperação e receberão um

certificado de participação e atestado técnico demonstrando a capacitação tecnológica da solução.

Para Cristina Zuffo, superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Novos Negócio da Sabesp, a evolução constante de novas tecnologias é fundamental para aumentar a eficiência nos serviços de saneamento básico. “A ideia do *Pitch* é melhorar processos e trazer tecnologias que, muitas vezes, atendem às demandas da empresa e solucionam desafios internos”, explica.

As cinco melhores *startups* selecionadas receberão reembolso de até R\$ 150 mil pelas despesas geradas durante a fase de testes e as três pessoas físicas com melhor classificação ganharão uma viagem para o Festival South by Southwest – um evento que reúne cinema, música, tecnologia e inovação e acontece em Austin, Texas, Estados Unidos. A realização do *Pitch* Sabesp teve o apoio da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes), da Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental (Aidis), do Instituto Trata Brasil e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituições internacionalmente reconhecidas por suas atuações ativas e fundamentais no setor de saneamento. 💧



Vencedores do Pitch Sabesp

Recursos pretendidos pelo Consórcio Nordeste incluem projetos de saneamento



UNIÃO PELO NORDESTE

Governadores dos nove estados firmam parceria por eficácia na gestão pública regional, inclusive no saneamento básico

SEGUNDA MAIOR POPULAÇÃO REGIONAL DO BRASIL, com cerca de 57 milhões de pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ganhou motivos para acreditar no desenvolvimento focado na cooperação política, econômica e social. Os governadores dos nove estados da Região Nordeste anunciaram em Salvador (BA), no fim de julho, uma aliança para unir esforços administrativos e estratégicos por meio do Consórcio

Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, ou simplesmente Consórcio Nordeste. A finalidade é a captação de investimentos para o desenvolvimento recíproco entre Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O consórcio abrirá as portas para investimentos, viabilizará melhores descontos na negociação de grandes compras, reduzirá despesas operacionais e somará conhecimento técnico com a expertise do setor privado. Uma das ações priorizadas pelo Consórcio Nordeste são

as parcerias público-privadas (PPPs), contratos de prestação de serviços de médio e longo prazos (de 5 a 35 anos) firmados pela administração pública, com valores acima de R\$ 20 milhões. Nas PPPs, a prestação de um serviço acontece pelo financiamento do setor privado. A remuneração das empresas é fixada com base em padrões de performance e efetuada somente quando o serviço estiver à disposição do Estado ou dos usuários.

As PPPs são diferentes das privatizações, que ocorrem quando o poder público vende um ativo – que pode ser desde um

AÇÕES DO CONSÓRCIO NORDESTE

- Alternativas para a saúde pública (espécie de programa “Mais Médicos do Nordeste”)
- Aquisição centralizada de medicamentos e equipamentos
- Instituição de corpo de segurança regional, com policiais civis e militares estaduais (“Força Nordeste”)
- Veiculação do primeiro *podcast Giro Nordeste* (no rádio e na internet), com promoção de debates, divulgação de informações e estímulo à integração
- Missão de comitiva na Europa, com apresentação inicial na França para 40 empresários

SANEAMENTO NO NORDESTE*

ÁGUA

POPULAÇÃO TOTAL

57.254.159

POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA

40.954.965 = 71,53%

POPULAÇÃO URBANA

42.070.064

POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA

36.651.947 = 87,12%

ESGOTOS

POPULAÇÃO TOTAL

57.254.159

POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA

14.672.245 = 25,62%

POPULAÇÃO URBANA

42.070.064

POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA

14.185.182 = 33,71%

*Obs.: As companhias estaduais de saneamento são responsáveis pelo abastecimento e pela coleta de esgotamento sanitário nas regiões urbanas e metropolitanas de 1.503 municípios, dos 4.003 municípios do Nordeste. As áreas rurais são atendidas por meio de outras parcerias dos municípios com os governos estaduais e federal.

Fonte: SNIS (2017).

equipamento até uma empresa inteira. A Aesbe parabeniza o encontro dos governadores dos estados do Nordeste pela iniciativa que estreita o espírito de empreendedorismo e de visão coletiva da região. “Os estados nordestinos, muitas vezes, possuem problemas comuns que podem ser tratados de maneira única, gerando ganho de escala, economia e soluções mais sólidas e eficientes”, explicou o presidente da Aesbe, Marcus Vinícius Neves.

Parcerias nordestinas | Um exemplo bem-sucedido de cooperação destacado pelo presidente da Aesbe é o da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compe-sa), em que o governo e as empresas possuem suas cotas de execução e obras, com as contrapartidas definidas. Para garantir a execução do imenso programa de saneamento e ampliar o avanço das obras nas 15 cidades da Região Metropolitana do Recife, a companhia estadual repactuou o contrato com a BRK Ambiental, na maior parceria público-privada de saneamento em execução do país.

O resultado foi o aumento de 75% para 87% da parcela obrigatória de investimentos da empresa privada para obras e serviços necessários. “Isso permitirá avançar na cobertura do esgotamento sanitário daquela região até o ano de 2037. Da mesma forma, empresas estatais de saneamento em outros estados no Brasil, incluindo o Nordeste, têm feito seus estudos, como a Casal (AL), a Caern (RN) e a Embasa (BA)”, citou o presidente da Aesbe.

As parcerias possuem diversas formas de subcontratação previstas em lei. Tais opções podem solucionar outras questões, como projetos de menor complexidade, tempo para execução e valores para investimento. “Essa união permite possibilidade interessante de arranjos e modalidades de trabalho, sintonizadas com a realidade e a necessidade de cada estado do Nordeste. Como outras alternativas, existem a abertura de capital, a Locação de Ativos, os Contratos de Performance ou a constituição de Subdelegações, por exemplo”, explicou o presidente da Aesbe.

Consórcio e saneamento | O texto do Projeto de Lei (PL) nº 3.261/2019, que altera a Lei Nacional de Saneamento Básico e passou pela Comissão Especial da Câmara em 30 de outubro, mostra um debate que defende o fim dos contratos de programas estaduais com os municípios e do subsídio cruzado, sem considerar as graves consequências dessa decisão.

O texto aprovado coloca em risco os estudos de PPPs em andamento, fragiliza a atuação das companhias estaduais, dificulta o atendimento aos pequenos municípios e traz insegurança jurídica ao setor.

Observando esse risco, os nove governadores do Nordeste emitiram um manifesto contra o relatório apresentado para o PL nº 3.261. Para os gestores, a proposta do deputado federal Geninho Zuiliani, em vez de facilitar a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, desestrutura o setor. De acordo com o texto: “mutillar a legislação atual com dispositivos inconstitucionais, a pretexto de facilitar a participação privada, causará insegurança jurídica e paralisará o setor”, explicou Marcus.

“Em nenhum momento, nós excluímos a atuação conjunta do público e do privado. Os governadores é que devem decidir sobre a política pública de saneamento dos seus estados. Mas, como técnico, cabe alertá-los quanto ao risco que eles têm de perder a liberdade para tomar a decisão mais conveniente para resolver o saneamento do seu estado. O que nós queremos é que o PL permita a tomada de decisão sobre suas operações”, salientou o presidente da Aesbe.

Na Paraíba, segundo Marcus Vinícius Neves, a companhia estadual é vista pelo governador como um instrumento de desenvolvimento. “Mesmo com a compreensão de que há muitos avanços e melhorias a serem realizados, é por meio da Cagepa que se busca a segurança hídrica, a universalização do saneamento e a aquisição constante de expertise. Do contrário, quando você pulveriza o processo para cada município, deixa de olhar o todo e o desenvolvimento em conjunto”, concluiu. 💧

AESBE SOB NOVA GESTÃO

Diretoria ingressa em momento importante para o futuro do saneamento no país e das companhias estaduais do setor

AESBE ESTÁ COM NOVOS DIRIGENTES para prosseguir com sua missão regimental de assistir e defender os interesses de suas associadas. Para o biênio 2019-2021, foram eleitos o novo diretor-presidente e os seis vice-presidentes regionais. A assembleia geral para a eleição dos novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da associação foi realizada em 30 de julho, na sede da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), em Recife (PE).

O diretor-presidente eleito, Marcus Vinícius Fernandes Neves, também preside a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. Para ele, se o país almeja justiça social e desenvolvimento, precisa dar prioridade ao saneamento básico nas suas quatro vertentes – água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos.

“O cenário para o futuro requer não só mais recursos, mas, principalmente, nova

maneira de olhar o setor, com a soma de esforços dos setores público e privado, buscando arranjos inovadores que atendam a toda a sociedade brasileira com serviços de qualidade, universalizados e com tarifas módicas, observando-se, é claro, as diferentes realidades do país”, destacou o presidente.

A chegada dos novos diretores tem como pano de fundo o debate no Congresso Nacional para a atualização do Marco Legal do Saneamento Básico por meio do Projeto de Lei nº 3.261/2019. O presidente da Aesbe lembra que, em pouco mais de cinco meses, o que se vê é uma necessidade de construir e debater mais sobre o saneamento, sem a dicotomia hoje colocada por alguns setores da economia de que a saída é simplesmente a privatização. “O PL nº 3.261/2019 não olha o país como um todo, com suas diferenças e peculiaridades, nem atende aos brasileiros que vivem na zona rural e nas pequenas cidades”, afirmou. Ele rezeia que o saneamento básico do país se

desestruture e não avance, criando um fosso ainda maior entre as cidades brasileiras.

De olho no futuro | A Aesbe atua para mostrar a realidade e propor melhorias para o setor de saneamento no Brasil. Isso inclui propiciar a troca de experiências de sucesso entre as companhias, bem como aprofundar e disseminar o conhecimento e as inovações geradas nas diversas câmaras técnicas. Além disso, o presidente da Aesbe ressalta a importância de a entidade se manter presente em todos os fóruns de discussão do saneamento no país, assumindo posição de protagonista. “Também é papel da Aesbe ser uma instituição que acredita na relevante contribuição que as companhias estaduais de saneamento propiciam para o setor, bem como aproveitar para reafirmar o compromisso com a universalização dos serviços de água e esgoto em todo o país”, concluiu. A seguir, conheça a nova composição. ♦



Arquivo Aesbe

MARCUS VINÍCIUS FERNANDES NEVES DIRETOR-PRESIDENTE (CAGEPA/PB)

Natural de João Pessoa (PB); engenheiro civil e bacharel em Direito pela UFPB e especialista em Direito Urbanístico pela PUC Minas, com MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atua como engenheiro civil no quadro da CAIXA desde 2002, sendo na CAIXA, supervisor técnico, gerente de desenvolvimento urbano no Rio Grande do Norte e gerente executivo de governo na Paraíba (2012 - 2014), bem como instrutor e tutor da Universidade CAIXA (2007 - 2014), nas áreas de Avaliação de Imóveis, Análise de Projetos e Gestão e Liderança. Foi diretor-presidente da Cagepa (2015 - 2016), vice-presidente Nordeste da Associação das Empresas de Saneamento Básico (Aesbe), Conselheiro da Companhia de Industrialização da Paraíba (Cinip) (2015 - 2016) e membro do Conselho Deliberativo do Sebrae (CDE) (2017 - 2019). Foi também superintendente regional da CAIXA na Paraíba (2017 - 2019). Participou como membro do Conselho Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte e do ConCidades de Campina Grande.

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS



**RICARDO JOSÉ SOAVINSKI
(SANEAGO/GO)**

Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)

Atuou como secretário nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, assessor especial do Ministério do Meio Ambiente, secretário de estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná e presidente do Conselho Fiscal da Paraná-Previdência. Foi também membro do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná, coordenador-geral de Fauna do Ibama, coordenador do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (Proecotur), diretor de Ecossistemas (Direc/Ibama) e chefe da Divisão de Fauna e Flora Silvestre (Difas/Devis/Direc/Ibama).



**NEURISANGELO
CAVALCANTE DE FREITAS
(CAGECE/CE)**

Nordeste I (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba)

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza, MBA em Controladoria e Finanças pela Universidade do Grande Rio e mestrado em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Com vasta atuação nas áreas administrativa e financeira, com ênfase em Ciências Contábeis, atuou principalmente nos seguintes temas: controladoria, contabilidade, custos, sistema de informações gerenciais e orçamento. Na Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), já ocupou o cargo de gerente financeiro e fez parte do departamento de controladoria.



**ROGÉRIO
CEDRAZ
(EMBASA/BA)**

Nordeste II (Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia)

É presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa). Foi vice-presidente do Conselho de Administração da Embasa. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui MBA em Saneamento Ambiental pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialização em Análise da Informação para Gestão de Recursos Hídricos pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA). Foi gerente de unidade de negócios da construtora Passarelli, diretor comercial e de operações da empresa Águas do Amazonas, superintendente de Operação da Região Metropolitana de Salvador/Embasa, gerente de Unidade de Negócios da Federação/Embasa, gerente de Escritório de Serviços da Federação/Embasa e consultor do Banco Mundial/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



**CARLOS EDUARDO
TAVARES DE CASTRO
(COPASA/MG)**

Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais)

É mestre em Engenharia de Produção pela PUC/RJ e especialista em Gestão Estratégica de Finanças. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Engenharia de Produção pela PUC/RJ, MBA pela Fundação Dom Cabral e pós-MBA pela Kellogg School of Management.

Cursou Formação Executiva – *Skills, Tools and Competencies* – também na Kellogg School of Management, em Chicago (IL, EUA) e Relações Governamentais no Brasil, no Insper. Participou do Programa Governança, Risco e *Compliance*, pela Fundação Dom Cabral, e do Programa de Altos Estudos, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).



**CLÁUDIO STABILE
(SANEPAR/PR)**

Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)

É advogado com especialização em Direito Administrativo e em Sustentabilidade do Território Urbano Paranaense. Foi professor de Direito Administrativo na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Tem experiência em gestão pública e já ocupou os cargos de presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel, secretário de finanças da Prefeitura de Cascavel e diretor administrativo-financeiro do Paranacidade. Também integrou o Conselho de Administração da Agência de Fomento Paraná e foi vice-presidente do Conselho de Órgãos Fazendários Municipais do Paraná.



**ARMANDO DO VALLE
(COSAMA/AM)**

Norte (Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Amazonas, Tocantins e Amapá)

Tem 57 anos, é casado e formou-se administrador de empresas pela Universidade Federal do Amazonas. Exerceu os cargos de superintendente da Caixa Econômica Federal, secretário de Estado de Habitação do Amazonas, secretário de Administração e Finanças do município de Parintins e gestor da Empresa de Comunicação da RCC.

PELO DIREITO UNIVERSAL AO SANEAMENTO

Aesbe defende atualização regulatória do marco legal do setor a fim de manter a atuação das empresas estaduais e aumentar os investimentos para que água tratada e coleta de esgoto sejam direitos de todos os brasileiros

STÁ EM CURSO O DEBATE LEGISLATIVO PARA UM NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BRASILEIRO.

O Projeto de Lei nº 3.261/2019 propõe atualizar o texto atual da Lei nº 11.445/2007, a chamada Lei do Saneamento Básico. A trajetória do PL é longa no Congresso Nacional. As primeiras tentativas de mudanças iniciaram-se com as Medidas Provisórias nº 844/2018 e nº 868/2018, praticamente com a mesma finalidade. Contudo, o atual texto em tramitação originou-se no Senado Federal pelas mãos do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), sofreu modificações na Câmara dos Deputados pelo seu relator, deputado Geninho Zúliani (DEM/SP), e foi aprovado no final de outubro pela Comissão Especial.



Shutterstock

A proposta tem gerado embates acalorados no parlamento e provocado reflexão na sociedade. Afinal, o saneamento está diretamente ligado à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento econômico do país. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), somando as áreas urbanas e rurais, 16,6% da população brasileira (cerca de 33 milhões de pessoas) não têm acesso à água e 47% (por volta de 95 milhões) não têm acesso à coleta de esgoto. Sem o debate apropriado e, consequentemente, uma atualização adequada da legislação, o empenho em resolver os problemas estruturais do setor pode resultar em desigualdades ainda maiores.

O texto aprovado na Comissão traz alguns avanços e pontos positivos, a exemplo do papel da Agência Nacional de Águas (ANA) como agência reguladora que estabelecerá as normas de referência. Mas é preciso corrigir os aspectos que fragilizam o setor e causam insegurança jurídica.

Um desses aspectos é a extinção dos contratos de programas, instrumento que coloca em prática a previsão constitucional da cooperação interfederativa, presente no artigo 241, da Constituição Federal.

O relatório do PL nº 3.261/2019, aprovado na Comissão Especial, expõe a ruptura desse modelo de atuação e a extinção dos contratos de programa. “Estamos falando de instrumentos que não impedem e até facilitam a associação entre os entes público e privado. O projeto aprovado sequer prevê um processo



Gustavo Carvalho

de transição do modelo existente, o que poderá causar a desestruturação do setor. O que defendemos são ajustes na atual redação”, explica o presidente da Aesbe, Marcus Vinícius Neves.

Aesbe participou de seminário que discutiu o Marco Legal do Saneamento

OS CAMINHOS DO PL Nº 3.261/2019*

* Tramitação registrada até o dia 21/11/2019.

3 DE JUNHO

Projeto aguardando designação de relator na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Realização de consulta pública no Senado Federal

4 DE JUNHO

Chegada do projeto ao Plenário do Senado Federal: instrução da matéria, recebimento de emendas

6 DE JUNHO

Votação e aprovação da redação final do projeto com as emendas, nos termos do parecer proferido pelo senador Roberto Rocha

12 DE JUNHO

Projeto remetido à Câmara dos Deputados

4 DE JULHO

Determinação na Câmara para a criação de Comissão Especial para analisar o PL (segundo o Regimento da Casa, já que a Mesa Diretora decidira submetê-lo a outras cinco comissões permanentes)

CONQUISTAS COM O MODELO ATUAL

Para Ricardo Silveira Bernardes, engenheiro e mestre em Saneamento pela Universidade de Brasília (UnB), o saneamento básico nas áreas urbanas – as mais visíveis e sujeitas a críticas – somou progressos históricos, quando considerados os dados oficiais. Números do último levantamento SNIS, de 2017, apontam que as coberturas de água e esgoto nas áreas urbanas do país alcançaram, respectivamente, 130 milhões (75%) e 105 milhões (59,7%) dos brasileiros atendidos. “De forma geral, nosso saneamento registrou avanços nos últimos anos. As cidades cresceram em uma velocidade muito grande, especialmente após os anos de 1970, quando a taxa de urbanização no Brasil subiu em ritmos exponenciais. E a tarefa que sobrou para elas – levar saneamento aos novos habitantes – evidentemente não é simples”, explica. Segundo Bernardes, as questões sanitárias no passado era assunto apenas dos próprios municípios, sem os mecanismos de auxílio por parte dos estados e da União. “Com a criação das empresas estaduais de saneamento, houve um rearranjo institucional no Brasil, que criou uma maior capacidade do estado de dar respostas”, afirma o engenheiro.

Atualmente, o déficit de atendimento se concentra em municípios menores, distantes das capitais e com número reduzido de habitantes. Por meio dos contratos de programa,

as empresas estaduais são capazes de manter a mesma tarifa para todos os municípios atendidos, visto que se utilizam do chamado subsídio cruzado. Com este, as companhias usam as receitas dos municípios maiores (com maior arrecadação) e investem as sobras desses recursos nos municípios menores (que não dão lucro). É por meio desse instrumento que as empresas estaduais são capazes de oferecer as tarifas sociais, ferramenta para facilitar o acesso de pessoas socioeconomicamente vulneráveis a serviços básicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Nesses casos, a cobrança é subsidiada e

o consumidor de baixa renda paga um valor menor que o convencional, que não compromete seu orçamento. “Novos investimentos em saneamento costumam ser altos. Desse modo, os empresários os realizam com base em tarifas. Um reajuste no metro cúbico de água, ou seja, a cada mil litros consumidos, causará um impacto financeiro muito maior para o cidadão carente do que para uma pessoa de classe mais alta”, explica Bernardes. Para ele, este é o maior risco da privatização: querer que a parcela desassistida financie e mantenha o sistema que, ao longo do tempo, sempre precisou de investimentos.



Sessão da Comissão de Saneamento na Câmara: Aesbe marca presença na defesa da universalização da água e do tratamento de esgoto

12 A 15 DE JULHO

Apensados os Projetos nº 3.260/2019 e nº 3.770/2019, respectivamente sobre compatibilização dos planos de saneamento básico com os planos diretores ou de desenvolvimento urbano integrado e sobre solução de esgotamento sanitário em programas habitacionais públicos federais ou subsidiados com recursos públicos federais

13 E 20 DE AGOSTO

Atos de criação e constituição da Comissão Especial

27 DE AGOSTO A 8 DE OUTUBRO

Requerimentos para a realização de seminários fora da Câmara e aprovação de convidados para audiências públicas sobre o tema

9 DE OUTUBRO

Apresentação na Comissão Especial do parecer do relator, deputado Geninho Zuliani (DEM-SP)

22 DE OUTUBRO

Apresentação na Comissão Especial do voto em separado do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), em discordância ao teor do substitutivo. Apresentação na Comissão Especial do voto em separado do deputado Fernando Monteiro (PP-PE), em discordância ao teor do substitutivo



DIÁLOGO

A Aesbe defende a modernização do Marco Regulatório do Saneamento e reconhece alguns avanços, como, por exemplo, a atuação da ANA como agência responsável pela emissão das normas de referência para a regulação do saneamento do país, bem como a exigência do estabelecimento de metas claras nos contratos de programa e concessão. “As empresas estaduais são as principais interessadas na modernização do setor”, afirma o presidente da Aesbe, Marcus Vinícius Neves. “Reiteramos o compromisso com a eficiência, com a melhoria da prestação dos serviços e a universalização e renovamos nosso entendimento de que só a união do setor público com o privado proporcionará condição estrutural, operacional e financeira para avançarmos na melhoria da prestação dos serviços e na tão almejada universalização”, completa o presidente.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, nos últimos dez anos, as empresas estaduais foram responsáveis por um crescimento significativo no serviço de saneamento. As ligações de água subiram 48% e as de esgoto, 70%. Para Neves, em vez de colocar o público contra o privado, é preciso que o Congresso Nacional aproveite a oportunidade de ampliar discussões vitais para que esse trabalho, que já se mostrou eficaz apresentando casos de sucesso em diversos estados, seja ampliado por meio de investimentos. “O estabelecimento de um fundo para a universalização do saneamento, a desburocratização dos recursos e tantas outras questões relativas ao setor podem fazer parte do novo marco legal, sem mitigar a atuação das empresas estaduais. Todos temos o que melhorar, tanto as estatais como as empresas privadas, por que não ampliamos a parceria entre os dois setores para resolvermos isso juntos? Agora que o projeto vai para o Plenário da Câmara dos Deputados, nossa luta é mostrar aos parlamentares que é possível encontrar caminhos para a tão necessária universalização dos serviços”, finaliza Neves. ♦

SETOR PRIVADO

Sobre o principal efeito do PL nº 3.261/2019 – abertura do setor ao mercado privado –, o especialista enumera razões para acreditar que a melhora do saneamento básico não passa pela desconstrução de todo o sistema atual como defendem os favoráveis ao modelo desestatizado. “A possibilidade de a empresa privada atuar no setor já existia desde o marco legal anterior. Nossas maiores deficiências de cobertura estão em regiões com baixa capacidade de pagamento em relação às demais”, defende. O modelo de parceria público-privada (PPP), contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública a operação e a manutenção de uma obra, já é implantado entre empresas estaduais e privadas de saneamento em todo o país.

Outra lição que deve ser observada e debatida pelo Congresso Nacional vem do exterior. Estudo realizado pelo Observatório Corporativo Europeu registrou 267 casos de remunicipalização, ou reestatização, de sistemas de água e esgoto em todo o mundo nos últimos dez anos. A reversão ocorreu por uma série de motivos, entre eles, serviços inflacionados, ineficientes e com investimentos insuficientes. “Em geral, observamos que as cidades estão voltando atrás porque constataram que as privatizações acarretam tarifas muito altas, não cumprem promessas feitas inicialmente e operam com falta de transparência, entre uma série de problemas que vimos caso a caso”, explicou à reportagem do jornal britânico BBC, Satoko Kishimoto, uma das autoras da pesquisa. Entre as cidades que desistiram das privatizações estão Berlim, Paris, Budapeste, Buenos Aires, Maputo (Moçambique) e La Paz.



23 DE OUTUBRO

Apresentação na Comissão Especial do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria da deputada Alice Portugal

30 DE OUTUBRO

Votação e aprovação na Comissão Especial do parecer final do relator, deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), por 21 votos a 13, em sessão marcada por apresentações de requerimentos e votações de destaques

11 DE DEZEMBRO

Câmara aprova texto-base do novo Marco Legal do Saneamento Básico. O projeto ainda será avaliado pelo Senado e retornará à Câmara



Arquivo Aesbe

Seminário na Câmara sobre o Marco Legal do Saneamento Básico: análise dos pontos que necessitam de revisão

PARTICIPAÇÃO ATUANTE NO PARLAMENTO

Aesbe expõe aos congressistas a importância de se aprovar um novo Marco Legal do Saneamento Básico que preserve a atuação das companhias estaduais e busque facilitar o acesso dos serviços de água e esgotamento sanitário a cada população

AESBE TEM ACOMPANHADO DE PERTO A TRAMITAÇÃO DO PROJETO de Lei nº 3.261/2019 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Mais do que isso, participou de eventos legislativos que convidaram a sociedade civil para debater o tema. Em 15 de outubro, a associação esteve presente no seminário realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, que discutiu o Marco Legal do Saneamento. O evento reuniu deputados federais, sindicalistas, representantes de associações da cadeia produtiva do setor e demais cidadãos interessados. Na ocasião, o presidente da Associação, Marcus Vinícius Neves, afirmou que o parecer inicial apresentado na

Comissão Especial da Câmara não cumpria as expectativas das empresas estaduais e também dos brasileiros. “O texto se preocupava apenas com a privatização, sem considerar a universalização dos serviços. Fizemos uma análise minuciosa dos dados apresentados na Comissão Especial e dos pontos do parecer que precisam ser urgentemente revistos”, enfatizou Neves.

Também no mês de outubro, no dia 23, a Aesbe participou de sessão da Comissão Especial do Saneamento e defendeu voto em separado, iniciativa do deputado Fernando Monteiro. No dia seguinte, mais de 12 entidades ligadas ao setor fizeram questão de assinar com a Aesbe uma nota conjunta sobre o novo Marco Regulatório do Saneamento, rejeitando o relatório do deputado Geninho Zuliani e declarando apoio ao voto em separado. “Entendemos que o documento traz mais equilíbrio para a discussão, visto que permite, entre outros pontos,

que as empresas renovem o contrato de programa caso demonstrem interesse e capacidade de cumprir as metas de saneamento”, comentou o presidente da Aesbe sobre o texto alternativo.

Adesão parlamentar | Tanto senadores quanto deputados têm percebido a presença da Aesbe e, além disso, estão conhecendo seus argumentos e sua missão institucional. No que diz respeito à forte propaganda e ao lobby realizados por setores do capital privado e do governo, muitos parlamentares entendem que os ajustes são necessários, mas não devem eliminar a atuação das companhias estaduais, que muito têm a contribuir para a universalização dos serviços de saneamento.

Uma das maiores defensoras na luta contra a simples privatização do sistema é a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Em 30 de outubro, dia da aprovação do relatório

final do PL nº 3.261 na Comissão Especial da Câmara, a parlamentar teve importante papel na obstrução da votação do parecer. Ela apresentou requerimentos para que o painel de presença da comissão fosse zerado e para que fosse feita a leitura e retificação da ata. A deputada também levantou inúmeras questões de ordem sobre o andamento dos trabalhos. “A forma de encaminhar ‘atropelativa’ não ajuda o processo de debate. A matéria já foi derrotada duas vezes no Parlamento. É uma matéria que coloca na mão do setor privado o gerenciamento das empresas que são responsáveis pelo abastecimento. Há anos não temos investimentos substantivos no setor. Nenhuma empresa privada vai querer levar água para os rincões mais distantes”, afirmou a parlamentar.

Para o deputado Joseildo Ramos (PT-BA), o saneamento é um setor “extremamente cobiçado” pelo sistema financeiro. Segundo ele, tal situação coloca em risco o interesse público e os direitos da população. “É um mercado de R\$ 500 bilhões, o que não é pouco. O anseio da privatização aponta para a exclusão de dezenas de milhões de brasileiros ao acesso qualificado à água”, disse.

No Senado Federal, Eduardo Braga (MDB-AM) já havia alertado para a experiência negativa da privatização da água na capital Manaus. “Vinte anos se passaram e as metas na área de esgoto continuam sendo descumpridas, apesar da cobrança normal da tarifa”, afirmou o senador. Para ele, esse exemplo é mais que suficiente para comprovar a necessidade de se elaborar um texto que atenda não só às grandes regiões com potencial econômico, mas a todos os municípios do interior do Brasil.

Mesmo após a versão do texto com pontos que podem desestruturar o setor ser aprovada na Comissão Especial da Câmara, a Aesbe não abandona o compromisso de defender a universalização dos serviços de saneamento e a preservar a atuação das companhias estaduais. A luta agora segue para o Plenário, visto que o texto do PL nº 3.261/2019 será debatido pelos 513 deputados federais. ♦



Arquivo Câmara dos Deputados

Para a deputada Alice Portugal, nenhuma empresa privada levará água para os rincões mais distantes



Arquivo Aesbe

Aesbe participa do 1º Workshop de Saneamento Básico da Assemae

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO (AESBE) esteve em Florianópolis (SC) para o 1º Workshop de Saneamento Básico da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae). O secretário executivo, Ubiratan Pereira, palestrou sobre o novo Marco Legal do Saneamento Básico e reforçou a importância de outros assuntos, como a permanência dos contratos de programa, firmados entre as empresas estaduais e os municípios, salientando que eles consistem em instrumentos que colocam em prática a cooperação interfederativa entre entes da Federação, prevista constitucionalmente, o que vai de encontro ao texto do Projeto de Lei nº 3.261/2019, recentemente aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. “Este traz uma série de desacertos que precisam ser corrigidos, para que o Marco Legal do Saneamento seja de fato um instrumento que tenha como objetivo único a universalização dos serviços”, ressaltou Pereira.

AESBE PARTICIPA DE REUNIÃO COM GUSTAVO CANUTO, MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A AESBE ESTEVE EM REUNIÃO COM O MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Gustavo Canuto, sendo, na ocasião, representada pelo presidente, Marcus Vinícius Neves, pelo secretário-executivo, Ubiratan Pereira, e pelo vice-presidente sul e diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile. O tema em pauta foi o Projeto de Lei nº 3.261/2019, considerado como o novo Marco Legal do Saneamento. Em tramitação desde 2018 no Congresso Nacional, o novo marco encontra-se em discussão na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A Aesbe aproveitou a oportunidade para reiterar ao ministro sua posição em defesa de um ambiente de segurança jurídica que permita a realização de investimentos públicos e privados para possibilitar uma adequada prestação dos serviços e, principalmente, a universalização do acesso. O presidente Marcus Vinícius Neves afirmou que a questão do saneamento possui realidades diversas no país, e que, por isso, a simples privatização não seria a solução para o problema. Contudo, ele acredita que empresas públicas e privadas podem ser parceiras na defesa dessa causa.



Adalberto Marques



COMPESA É TRICAMPEÃ NO ANUÁRIO ÉPOCA NEGÓCIOS 360°

A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO (COMPESA) foi eleita a melhor empresa brasileira do setor de água e saneamento pelo anuário *Época Negócios 360°*, da Editora Globo. A premiação é o reconhecimento do trabalho desenvolvido por cerca de 7 mil colaboradores que têm como desafio levar água e serviços de coleta e tratamento de esgoto, de forma sustentável, para todo o estado. Além disso, a Compesa se destacou pela responsabilidade de se reinventar com práticas e estratégias que são referência no segmento. A instituição venceu, ainda, no quesito sustentabilidade. Os prêmios foram entregues à presidente, Manuela Marinho, durante cerimônia realizada em outubro de 2019 na Sala São Paulo da Estação das Artes, na capital paulista.

Alunos projetam *startup* e soluções para a comunidade

A SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO APP LEGAL, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, proporcionou aos alunos da Escola Estadual Aroldo de Azevedo, na zona leste de São Paulo, a experiência de criar uma *startup* e desenvolver ideias de negócios que impactassem positivamente o ambiente em que vivem e proporcionassem sustentabilidade às suas comunidades. O grupo vencedor foi a *startup* Gambler, que criou um aplicativo para auxiliar os moradores a resolverem problemas de encanamento em suas residências. O objetivo era que o cidadão conseguisse solicitar um serviço de baixo custo que fosse realizado de forma rápida e eficiente e ainda evitasse desperdício de água. Dessa forma, a população de baixa renda poderia ser facilmente conectada aos técnicos credenciados pela Sabesp.



BRASIL HÍDRICO

Notícias sobre as
Companhias Estaduais
de Saneamento Básico

- 26 | Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa
- 28 | Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb
- 30 | Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece
- 32 | Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar
- 34 | Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – Cagepa
- 36 | Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – Caer



COMPANHIA DE
SANEAMENTO
DE MINAS GERAIS
- COPASA





Arquivo Copasa

**Plantio e cercamento
de nascente em Área de
Proteção Permanente (APP)**

PRÓ-MANANCIAS

Programa da Copasa valoriza o conhecimento e a experiência das comunidades para a preservação de mananciais utilizados para o abastecimento

Por Assessoria de Comunicação da Copasa

PRÓ-MANANCIAS, PROGRAMA CRIADO EM DEZEMBRO DE 2016 pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), está implantado em 187 municípios mineiros. Reconhecido pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (Arsae-MG), o programa é responsável por mobilizar a comunidade e parceiros estratégicos no engajamento para a proteção e conservação dos mananciais utilizados pela companhia para o abastecimento público, construindo coletivamente o sentimento de pertencimento da população à microbacia da região na qual está inserida.

Além das ações de sensibilização, mobilização e educação ambiental, o programa valoriza o conhecimento e a experiência das comunidades na defesa das águas. Até o momento, já foi realizado o plantio de aproximadamente 300 mil mudas de árvores; o cercamento de nascente em Área de Proteção Permanente (APP) de mais de 836 mil metros; a contenção e estabilização de erosões; e a construção de 11 bacias de água de chuvas. Também foi desenvolvido o Programa Chuá de Educação Sanitária e Ambiental em 50 escolas e realizada a adequação de estradas e o terraceamento em 23 cidades.

O Pró-Mananciais conta com recursos anuais da ordem de R\$ 20 milhões. Os trabalhos são realizados pelos Coletivos Locais de Meio Ambiente (Colmeias), que são formados por representantes das prefeituras e outras entidades governamentais e privadas que têm como diretriz a responsabilidade compartilhada de planejar e desenvolver as ações, mobilizando atores e parceiros na busca de soluções para preservação das microbacias. 💧



COMPANHIA DE
SANEAMENTO
AMBIENTAL
DO DISTRITO
FEDERAL – CAESB



Marco Peixoto / Caesb

Implantação
de telemetria
contribui para o uso
consciente da água

NOVAS TECNOLOGIAS NO SANEAMENTO

Caesb implanta o primeiro sistema de telemetria de consumo de água com Internet das Coisas em grande escala no Brasil

Por Assessoria de Comunicação da Caesb

A **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL (Caesb)** está implantando dois projetos de telemetria do consumo de água no DF com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da ordem de R\$ 2,5 milhões. Essas iniciativas têm o objetivo de melhorar o acompanhamento do consumo de água tanto pela companhia quanto pelos seus clientes.

“O projeto de telemetria faz parte de um processo contínuo de modernização que a

Caesb tem buscado implantar em seus sistemas. É uma alternativa inovadora que garante mais eficiência e qualidade aos serviços prestados à população”, explica o presidente da Caesb, Daniel Rossiter.

A telemetria consiste de um dispositivo eletrônico que lê o consumo do hidrômetro quatro vezes por dia e transmite os dados, utilizando a rede de telefonia celular, aos servidores da Caesb. Nos computadores da Empresa, essas informações são preparadas para que o cliente possa acompanhar diariamente seu consumo, controlando o uso excessivo e

verificando rapidamente a ocorrência de vazamentos nas tubulações domiciliares.

No modo tradicional, o consumo é medido somente uma vez por mês por leituristas de hidrômetros contratados para esse fim. O problema é que, nesse procedimento manual, podem ocorrer erros de leitura, dificuldades de acesso ao medidor e outros contratempos. Mais grave ainda é o fato de que os vazamentos nas instalações hidráulicas não são detectados rapidamente e que, conseqüentemente, a conta de água acaba ficando mais cara.

Os dois projetos têm caráter experimental e suas funcionalidades serão gradualmente disponibilizadas aos clientes. Um deles já está em funcionamento em uma quadra do Setor Habitacional Jardins Mangueiral, com cerca de 500 ligações de água. O investimento para a implantação do sistema, que será pago e mantido pelo próprio condomínio, foi de R\$ 438 mil. A telemetria será utilizada como modelo para as individualizações de medição de consumo em condomínios horizontais. No mês de setembro de 2019, os moradores

dessa quadra já receberam a primeira conta por e-mail, com a leitura individual do consumo. Em breve serão disponibilizados um site e um aplicativo para smartphone para que cada morador possa acompanhar seu consumo.

O outro projeto é ainda mais ambicioso e inédito no país. A Caesb está instalando a telemetria em todo o bairro Lago Norte. Serão quase 6 mil consumidores beneficiados com a tecnologia que emprega a Internet das Coisas (IoT) pela primeira vez nessa escala no setor de saneamento brasileiro. Com essa inovação, a Caesb pretende ampliar o leque de serviços para o cidadão, aproveitando a infraestrutura de comunicação que está sendo implantada. No momento, quase 2 mil hidrômetros já estão em fase de testes.

Uma extensão do projeto do Lago Norte é a telemetria dos grandes consumidores da Caesb. Foram selecionados 1.430 clientes com grande consumo de água, tais como shoppings, órgãos públicos, condomínios residenciais, entre outros, para receberem o sistema de telemetria com IoT. Para o coordenador de Gestão de Hidrômetros da Caesb, André Cherulli, o projeto demonstra a preocupação da companhia em investir em novas tecnologias.

“No Jardins Mangueiral o projeto tem um viés diferenciado. Lá, o consumo de água é medido via telemetria e não há necessidade da presença de um leiturista no local. Já no Lago Norte, com o sistema implantado, será possível, tanto para o cliente quanto para a Companhia, monitorar o consumo de cada unidade, a cada seis horas. O projeto está em fase de instalação e começa a funcionar no início do próximo ano”, explicou o coordenador.

Para o diretor de Operação e Manutenção, Carlos Eduardo Borges, a expectativa é de que a telemetria do consumo de água melhore ainda mais a percepção sobre a importância do uso consciente da água. “Além disso, é uma tecnologia que permite reduzir as perdas nas redes de distribuição e o compartilhamento da infraestrutura de comunicação para outros serviços em benefício da população, utilizando o conceito de Cidades Inteligentes”, complementa o diretor. 💧

BENEFÍCIOS GERADOS PELA TELEMETRIA

- A economia de água por apartamento é o principal benefício da implantação dos hidrômetros individuais e da telemetria.
- Com o sistema implantado no condomínio e nas residências, a detecção de vazamentos fica muito mais fácil, já que será possível à Caesb monitorar o consumo de água todo o tempo.
- Fica quase impossível fraudar o sistema de abastecimento com as ligações clandestinas (os famosos “gatos”) com a monitoração por unidade. Qualquer redução brusca de consumo é analisada.
- O meio ambiente também ganha, já que os moradores passam a gastar com mais consciência, pensando duas vezes antes de deixar torneiras abertas.
- Haverá a preservação dos recursos hídricos com reflexos positivos para o meio ambiente e o ecossistema.



Telemetria: dispositivo eletrônico que lê o consumo do hidrômetro quatro vezes por dia

Marco Peixoto/Caesb

CEARÁ AVANÇA NO PROJETO DA MAIOR USINA DE DESSALINIZAÇÃO DO PAÍS

O projeto do Ceará, que se propõe a ser o maior do Brasil, prevê que o edital para construção e operação da usina seja lançado no início de 2020

Por Renata Nunes, Comunicação Cagece

PÓS UM DOS MAIORES PERÍODOS DE SECA NA HISTÓRIA DO CEARÁ,

A de quase oito anos, o estado se prepara para investir e inovar em um novo tipo de captação de água, que olha para uma fonte além da chuva: o mar, um manancial considerado inesgotável. O projeto consiste na construção de uma grande usina de dessalinização de água marinha na cidade de Fortaleza, que também vai atender a municípios vizinhos.

Desenvolvido pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), em parceria com outros órgãos de segurança hídrica do estado e universidades, o objetivo do projeto é incrementar o abastecimento de água no sistema integrado de Fortaleza, que também atende a alguns municípios da região metropolitana. A usina será a maior do Brasil em extensão e em produção de água potável. Em Fernando de Noronha, por exemplo, a usina dessalinizadora já fornece 40% da água utilizada no arquipélago. A produção, no entanto, é de 18 m³ por hora, atualmente.

Olhar para o futuro | A dessalinização já tem se destacado no Ceará como opção de abastecimento. Os sistemas, no entanto, consistem em estruturas pequenas, implantadas em 34 municípios do interior do estado. Já a usina que se localizará em Fortaleza será consideravelmente maior. A água dessalinizada tem se mostrado uma

opção de abastecimento: ela produz água de qualidade elevada, que atende minimamente aos padrões de potabilidade.

Além disso, essa é uma prática já consagrada em todo o mundo para fins de abastecimento humano, particularmente em locais com situações de deficiência hídrica semelhantes às do Ceará. De acordo com o secretário de Recursos Hídricos do estado, Francisco Teixeira, a tendência é que cada vez mais se parta para esse tipo de opção: “Em nossas soluções hídricas para o Ceará, temos que levar em conta a garantia de água sem chuva e a diminuição do risco. Para isso, temos que trabalhar com diversas fontes. A rigor, a planta de dessalinização será acionada nos momentos de interrupção dos mananciais principais, que, no nosso caso, são desencadeados pela falta de chuva. Cada vez mais o futuro olha para esses tipos de sistema”, afirma o secretário.

Além da não dependência das chuvas, vale destacar que o sistema diminui também a pressão sobre as reservas hídricas dos mananciais atualmente usados no macrosistema que abastece Fortaleza e a região metropolitana. A água é proveniente dos açudes Pacoti, Riachão e Gavião.

Detalhes finais do projeto | O local para instalação da usina, uma das partes mais importantes dos estudos, também já foi definido, assim como seu investimento, orçado em aproximadamente R\$ 500 milhões. Ela se localizará na Praia do Futuro, na orla

A dessalinização já se apresenta como uma opção de abastecimento hídrico no Ceará



Devisson Teixeira

da capital do Ceará. O equipamento completo a ser construído contará também com a construção de um emissário submarino para a disposição de efluentes, um sistema de captação direta de água do mar e, ainda, uma adutora de água tratada, que injetará a água dessalinizada no sistema de Fortaleza.

A parceria com a empresa que construirá e operará a usina por 30 anos ocorrerá na modalidade de parceria público-privada (PPP). A empresa selecionada será responsável pela implementação do empreendimento e atuação no negócio, conforme afirma o superintendente de sustentabilidade da Cagece, Ronner Gondim: “Pre-tende-se selecionar uma empresa renomada e com experiência no fornecimento de água dessalinizada de alta qualidade, pois isso garantirá também a continuidade na prestação dos serviços”, diz.

Funcionamento da Usina de Dessalinização | Existem algumas tecnologias utilizadas atualmente para dessalinizar a água do mar, entre elas a destilação, o congelamento e a

NÚMEROS DA DESSALINIZAÇÃO

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS

Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Eusébio, parte de Maranguape, parte de Pacatuba e parte de Itaitinga

CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

1 ou 1.000 litros de água por segundo de água dessalinizada

PESSOAS BENEFICIADAS

720 mil

INVESTIMENTO

R\$ 500 milhões

INCREMENTO NA OFERTA

12%

osmose reversa. Apenas uma será utilizada na usina do Ceará, sendo que sua escolha dependerá de alguns fatores, como a quantidade de água a ser dessalinizada, os valores envolvidos, o tipo de energia disponível na região, entre outros. De acordo com Silvano Pereira, gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Cagece, os estudos indicarão a opção mais viável. “Acreditamos que, nesse momento, a osmose reversa seja a técnica mais adequada para a usina de dessalinização, mas isso vai depender do apontamento dos estudos”, afirma o gerente.

A osmose reversa é uma técnica que separa o solvente (água) do soluto (sal) por meio da aplicação de uma pressão sobre a mistura. Pressionada sobre uma membrana, a solução mais concentrada não permeia e a mais diluída atravessa o filtro, ocorrendo a separação do volume original. O objetivo desse processo é reduzir a concentração de cloreto de sódio presente na água. 💧

CAIXAS-D'ÁGUAS BENEFICIAM FAMÍLIAS CARENTES NO PARANÁ

Lançado pela Sanepar em parceria com o governo do estado, programa visa garantir abastecimento nas manutenções do sistema e em situações emergenciais

Por Emanuele Campos Miranda, Comunicação Sanepar

A DONA DE CASA ROSILDA OLIVEIRA DE SOUSA, QUE MORA EM LARANJEIRAS DO SUL, no Centro-Oeste do Paraná, confirma que ter caixa d'água em casa melhora a condição de vida da família. Ela foi uma das primeiras contempladas por um projeto-piloto da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), que implantou reservatórios em 500 imóveis do município. “Eu tinha vontade de ter caixa-d'água em casa, mas nunca tive dinheiro para comprar. É uma felicidade enorme ter essa garantia, é uma segurança”, comemora.

Para estender o benefício a outras famílias no estado, a Sanepar ampliou o programa Caixa d'Água Boa, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf) e os municípios. O programa viabiliza a instalação de caixas-d'água nas residências de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Até dezembro, 3.500 famílias de 134 municípios paranaenses, serão contempladas pelo programa. Foram priorizados os municípios com os indicadores sociais e econômicos mais críticos do estado. O objetivo é contribuir com a saúde, o conforto e a

COMPANHIA DE
SANEAMENTO
DO PARANÁ –
SANEPAR



A família da dona de casa Rosilda Oliveira de Sousa, de Laranjeiras do Sul

Arquivo Sanepar



Em Laranjeiras do Sul, projeto-piloto beneficiou 500 moradores

Educação socioambiental | Na Região dos Campos Gerais, o programa Caixa d'Água Boa irá atender a 445 famílias de 16 municípios. A gestora de educação socioambiental da Sanepar, Veridiana Schereda, afirma que a primeira etapa das ações de educação socioambiental com a comunidade já foi realizada. “Fizemos reuniões com as famílias selecionadas orientando sobre o funcionamento do programa, como deve ser feita a instalação e a importância da reserva domiciliar para as famílias”, informou. Ainda em novembro, os municípios devem receber os materiais para fazer o repasse aos beneficiados.

Em Imbituva, 30 famílias serão contempladas. A assistente social Angelita Alves da Cruz, do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Jardim Tangará, é a facilitadora do programa. “Como já desenvolvemos um trabalho social com essas famílias, fizemos a seleção priorizando as que têm menor renda per capita e as convidamos a aderir à proposta”, explica. Em Imbituva, as famílias selecionadas se concentram no Jardim Tangará, na Vila Zezo e no Arenito, que, por suas condições topográficas de inclinação, são as localidades que mais sofrem com a falta de abastecimento quando ocorrem interrupções na rede de distribuição.

Passo a passo | Após a seleção, uma assistente social e um engenheiro do município, acompanhados de um técnico da Sanepar, visitam cada uma das famílias para ajudá-las a determinar o melhor local para a instalação do reservatório. Depois, vão retornar para conferir se o material foi, de fato, instalado. “As famílias terão prazo de 60 dias após a entrega do kit. Estando tudo certo, a Sejuf fará o repasse do valor para ressarcimento pela mão de obra”, explica a assistente social Angelita. Para ela, o programa terá impacto direto na saúde das famílias. “Esperamos que seja expandido e possa beneficiar ainda mais famílias do nosso município”, finaliza. 💧

dignidade das famílias atendidas, com garantia de acesso à água tratada, mesmo em situações de interrupção temporária do abastecimento público.

O investimento no programa até 2021 será de R\$ 15 milhões, incluindo mão de obra, materiais de construção e as caixas-d'água. O diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile, ressalta que as doações de caixas-d'água é um gesto pequeno, mas de grande importância social. “Só é entendido por aqueles que não têm como adquirir um reservatório e sofrem com a falta de água em situações emergenciais ou de manutenção. A água é essencial à saúde, à vida humana. E esse é o trabalho da Sanepar”, destaca.

Parceria | A Sanepar é responsável pela compra do kit composto por base metálica

galvanizada, caixa-d'água de 500 litros, tubos, registros e conexões hidráulicas. Cada família recebe um. A empresa também faz reuniões com a comunidade e cursos de capacitação para a instalação dos reservatórios.

O governo de estado, por meio da Sejuf, faz a gestão do programa, captando e disponibilizando recursos financeiros, que são repassados às famílias para cobrir os custos com mão de obra com a instalação das caixas-d'água. Os recursos vêm de um contrato do estado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que prevê a produção ou melhoria de moradias urbanas e rurais, no qual se insere o programa.

Já os municípios são responsáveis por armazenar e distribuir os materiais que compõem o kit de instalação das caixas-d'água. Eles fiscalizam ainda a instalação dos componentes.



UM BEM PARA CHAMAR DE NOSSO

Cagepa e Governo da Paraíba investem R\$ 600 milhões em obras para garantir segurança hídrica no estado

Por Assessoria de Comunicação da Cagepa

O TABULEIRO DOS RECURSOS NATURAIS, a água é a peça mais desigualmente distribuída no Brasil. Essa realidade, somada aos impactos climáticos, torna o bem que deveria ser essencial uma raridade para muitos. Para o presidente da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), Marcus Vinícius Fernandes Neves, é possível mexer nessas peças e mudar o jogo. Com 11 grandes obras de abastecimento de água em andamento, além de intervenções urbanas e

campanhas de conscientização do uso racional entre a população, a Cagepa pavimentou o estado para os caminhos da segurança hídrica. Depois de atravessar uma das piores estiagens das últimas décadas, a empresa investe mais de R\$ 600 milhões em todo o estado para garantir que o racionamento de água fique, de vez, no passado.

Marcus Vinícius explica que as obras priorizam não somente a expansão dos sistemas de abastecimento de água, mas principalmente a sua regularidade. “Para uma região que historicamente sempre sofreu com a escassez

COMPANHIA DE
ÁGUA E ESGOTOS
DA PARAÍBA –
CAGEPA



Obras em Lucena,
litoral norte da Paraíba

de água, falar em segurança hídrica pode soar como algo inalcançável; mas, de fato, hoje esse horizonte é muito real. Nessa série de obras estruturantes, o investimento tem como objetivo garantir o acesso e a constância do abastecimento. O reflexo de alguns desses investimentos já começa a ser sentido pela população”, disse o presidente da Aesbe.

Uma das obras entregues em 2019 na Paraíba foi o sistema de captação e a adutora para abastecimento de água do município de Caraúbas, no Cariri da Paraíba. Um investimento de R\$ 900 mil – oriundos do tesouro estadual – já beneficia 3 mil paraibanos que sofriam há anos com a constante falta d’água em suas residências. A comerciante Albaniza Cassimiro entra nessa estatística e se diz realizada com a novidade. “É um benefício muito grande, porque a gente sabe que não vai mais faltar água; é uma bênção para o nosso Cariri, pois muita gente deixava de comprar comida para adquirir água e hoje nós somos ricos”, contou o comerciante.

Outro caraubense, o aposentado José de Souza, também comemorou a ação do governo. “Nós agora temos água sobrando. Temos água boa na torneira é uma riqueza muito grande”, falou. O projeto entregou para a população um sistema de captação com vazão de 30 m³/h, uma adutora com extensão de 1.500 metros, além de melhorias no sistema existente com a recuperação do reservatório elevado.

Saindo do Cariri e subindo cerca de 340 quilômetros ao leste, outra localidade celebra o fim das latas d’água e carros-pipa: o distrito de Santa Lúcia, no município de Araçagi, recebeu neste ano um novo sistema de abastecimento de água. A Cagepa investiu R\$ 772 mil na obra, que contou com um reservatório elevado de 100 metros cúbicos de capacidade, uma rede de distribuição com extensão superior a dois quilômetros e 200 novas ligações domiciliares. A água está sendo captada do sistema adutor Araçagi/Guarabira.

O presidente da Cagepa, Marcus Vinícius, afirmou que a entrega do sistema de abastecimento de água representa o compromisso do governo do estado de assegurar saúde e qualidade de vida aos paraibanos. “A comunidade toda está sendo abastecida com uma água excelente, fruto de um planejamento a partir da adutora de Guarabira, deixando os pontos de interligação para Santa Lúcia e Tainha, ou seja, são ações integradas e pensadas no bem-estar da população”, pontuou.

Na comunidade, os moradores vivem dias melhores que aqueles registrados quando a produção de água não era suficiente. Para quem convivía com a realidade de reservar água em baldes para tomar um banho e lavar roupa, por exemplo, hoje o presidente da Associação dos Agricultores da comunidade de Santa Lúcia, José Ribeiro, conta que agora é possível realizar essas atividades a qualquer hora. A garantia da água é, para ele, um bem ainda difícil de mensurar. “Nós estamos recebendo abastecimento de água que é melhor do que ouro, porque é vida. Todos estamos alegres e orgulhosos por receber esse presente”, comentou.

Lucena | Em Lucena, no litoral norte da Paraíba, as obras estão a todo vapor. Os mais de

quatro quilômetros do canal adutor que está sendo construído vão otimizar a distribuição de água para 2.400 habitantes do município. Uma das beneficiadas é a dona de casa Maria Gomes da Silva, de 75 anos. Ela comemora não apenas a chegada da água com regularidade, mas também os ganhos na infraestrutura e qualidade de vida para a cidade. “Antes, tínhamos que juntar água nos baldes, porque faltava sempre. Só quem já passou por essa dificuldade reconhece o valor que é tomar banho de chuveiro todo dia. Agora é que eu não troco minha vida aqui em Lucena por nada mesmo”, disse, satisfeita.

A Cagepa está investindo R\$ 6,8 milhões no projeto e executando uma obra de rede de esgotamento sanitário que atenderá a todo o perímetro urbano e parte do distrito de Fagundes.

Transparaíba | Como braço da Transposição do Rio São Francisco, a Cagepa tem financiado o projeto do sistema adutor Transparaíba, uma das maiores obras hídricas realizadas no estado. São 350 quilômetros de adutoras, que levarão água para 19 municípios do Curimataú paraibano. Uma ação grandiosa que já nasceu com o intuito de trazer mais desenvolvimento e qualidade de vida para essa região.

Dentro do mesmo projeto, existem duas etapas: a primeira, em andamento, é o Ramal Curimataú, que compreende uma extensão de 186.152,73 metros e terá a capacidade de tratar 578,37 l/s de água. A obra abrange uma estação elevatória de água bruta; uma estação de tratamento; sete estações elevatórias de água tratada; 18 reservatórios nos sistemas individuais; oito reservatórios apoiados (poços de sucção); um reservatório de lavagem de filtros; e quatro reservatórios apoiados e 14 elevados. O investimento total será de R\$ 197,5 milhões só nesta fase.

O governador João Azevedo destacou a importância do investimento para garantir a segurança hídrica da região e o esforço do governo para assegurar água em quantidade e qualidade para todo o estado. “A nossa meta é ter todas as cidades da Paraíba com segurança hídrica até 2022. Esse é o maior legado que podemos deixar para esse povo”, explicou. 💧

BOA VISTA, PRIMEIRA CAPITAL COM COBERTURA DE SANEAMENTO BÁSICO

A quinta etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário foi inaugurada em setembro pelo ministro do Desenvolvimento Regional e o governador de Roraima

Por Assessoria de Comunicação da Caer



Entrega do poço Vila Jardim

S MORADORES DE SETE BAIROS DE BOA VISTA já podem desfrutar de mais saúde e qualidade de vida com a conclusão da quinta etapa da obra de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, inaugurada em setembro, pelo Ministério de Desenvolvimento Regional e o Governo de Roraima. Agora, Boa Vista passa a ser a primeira capital da Região Norte com maior cobertura de saneamento básico e a 17ª no Brasil.

A obra, executada pela Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinf) e administrada pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer), contempla com sistema de esgoto os bairros Cidade Satélite, Equatorial, Alvorada, Silvio Leite, Jardim Primavera, Jardim Equatorial e parte do Piscicultura. O serviço é executado por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional, antigo Ministério das Cidades. O investimento global será de aproximadamente R\$ 550 milhões ao final das cinco etapas.

Durante a inauguração da obra, na Estação Elevatória Santa Tereza, no bairro Piscicultura, o ministro do Desenvolvimento Regional do Brasil, Gustavo Canuto, disse que o governo federal tem uma atenção especial com a população da Região Norte para dar condições de desenvolvimento que passam pelos quesitos mínimos de saneamento.

“Costumo falar que esgotamento sanitário é saúde, mas é, principalmente, futuro. Quando você investe em saneamento, está investindo nas crianças. São as que mais sofrem com a ausência disso. Garantir o saneamento básico evita que elas adoçam e assim estarão nas escolas se preparando para garantir um futuro melhor a Roraima e ao Brasil”, afirmou o ministro.

O saneamento citado pelo ministro garantido na quinta etapa abrange quase 129 quilômetros de rede de esgoto. Ao todo, foram investidos R\$ 89.445.429,49, recurso proveniente do Orçamento Geral da União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, incluindo a contrapartida do governo estadual na ordem de R\$ 1.139.441,44. O governador Antônio Denarium enfatizou a evolução que o estado passa no assunto saneamento.

“Em 2008, apenas 17% dos 42.800 habitantes de Boa Vista eram atendidos com saneamento básico. Ao final de todas as etapas de ampliação da rede de esgoto sanitário, esse número chegará a 93% da nossa população da capital alcançadas com as condições básicas de saneamento”, detalhou o governador.

A conclusão da quinta etapa representa um universo de 85% de saneamento básico na cidade de Boa Vista. Enquanto isso, paralelamente, está em curso a obra da quarta etapa de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário.

A administração da obra fica a cargo da Caer. Conforme o presidente da Companhia, James Serrador, atualmente a Caer possui cerca de 50.486 ligações ativas na capital e a construção da estação elevatória proporcionará milhares de novas ligações de esgoto. “Estamos prontos para assumir a responsabilidade pela administração do

sistema, dando continuidade ao compromisso do governo do estado de garantir bem-estar à população”, enfatizou.

Francisco Araújo, morador do Jardim Primavera há 15 anos, é exemplo do que dispor de saneamento básico pode mudar na vida de uma pessoa. Ele fala em alívio. “Era horrível a região em que eu moro. Até para almoçar era complicado. Não tinha como me alimentar bem com tanto cheiro ruim que eu sentia. Agora, com essa estação elevatória, a minha vida mudou. Posso viver normalmente e almoçar com conforto”, disse.

SISTEMA | A Caer possui 42 estações elevatórias de esgoto e uma estação de tratamento de esgoto somente na capital. Em 2008, a capital possuía 259 quilômetros de rede de esgoto, o que correspondia a 17,15%, atendendo 6.267 ligações domiciliares. Com a entrega da quinta etapa, esse percentual passa para 85% de redes implantadas e até 2020, com a conclusão da quarta etapa, passará para 93,60%, correspondendo a 1.101,76 quilômetros de rede de esgoto na capital, que atenderá a 68.869 domicílios.

CONCLUÍDAS | Já foram concluídas as três primeiras etapas e estão em andamento as obras da quarta (81,07%) e quinta etapas (100%). Atualmente, as frentes de trabalho estão executando obras de implantação da rede de esgoto nos bairros Centenário e Nova Canaã (quarta etapa). Continuam em andamento os serviços de ligações intradomiciliares da quinta etapa.

INFRAESTRUTURA URBANA | Com os trabalhos finalizados, o município receberá um centro de reservação e distribuição de água com capacidade de 3 milhões de litros e tratamento de esgoto eficiente, beneficiando moradores e investidores.

As obras de revitalização foram realizadas com recursos da Caer, no valor de R\$ 150 mil, e incluem a reativação do centro de reservação e distribuição de água que tem capacidade para 3 milhões de litros e beneficiará mais de 1.500 pessoas. O centro estava parado desde 2013.

Também foi feita a ampliação do sistema de distribuição de água com extensão da rede em mais 150 metros para as áreas Free Shop e ativação da estação elevatória de esgoto.

Bonfim tinha um total de 1.423 imóveis com ligação de água cadastrados na empresa até o mês de setembro de 2019 – 93 a mais que em 2018, quando a Caer tinha 1.330 residências cadastradas.

No mês de setembro, o faturamento da empresa no município foi de R\$ 65.752,24, com arrecadação de R\$ 50.015,07. No mesmo período de 2018, a Caer faturou R\$ 43.076,65 e arrecadou apenas R\$ 12.926,37. Ou seja, em 2019 houve um aumento de 286,92% na arrecadação do mês comparado.

VILA JARDIM | Os moradores do Residencial Vila Jardim, localizado no bairro Cidade Satélite, relataram problemas no abastecimento de água. Com foco na população, o governo do estado, por meio da Caer, colocou em operação, em abril de 2019 mais um poço artesiano, que reforçará a prestação do serviço aos usuários.

A iniciativa na área do centro de reservação e distribuição é resultante de uma parceria entre Caer e Exército Brasileiro. Com o poço em operação, o abastecimento de água será reforçado para os 187 blocos, 2.990 apartamentos e em torno de 15 mil moradores.

“O Conjunto nos foi entregue sem planejamento para esse serviço. Para nós, é uma alegria ver que a Caer tem responsabilidade e está cumprindo com o compromisso de melhorar o serviço para todos nós”, agradeceu a moradora Greyce Benfica, representante dos síndicos.

CAIXA D'ÁGUA | A retomada das obras de construção da caixa d'água para atender ao residencial já é uma realidade. A obra foi orçada em R\$ 9 milhões, 90% do trabalho foram concluídos, mas faltaram R\$ 2 milhões para o término do serviço, que está paralisado há oito anos. Segundo o governador, a retomada da obra foi oficializada por meio de uma ordem de serviço. 💧



A ÁGUA É DE TODOS NÓS

A **TRÊS ESFERAS DO PODER EXECUTIVO** são as responsáveis pela gestão associada de serviços públicos no Brasil. Isso já está, há muito, consignado pelo artigo 241 da nossa Constituição Federal. Os instrumentos que claramente estabelecem as regras para a prestação do serviço, bem como as metas e obrigações relativas ao abastecimento de água e coleta de esgoto são os contratos de programa, por meio dos quais os municípios firmam convênios com as companhias estaduais de saneamento.

Porém, o Brasil deu um passo contrário à extensão do saneamento básico a toda a sua população, colocando em risco o abastecimento coletivo de um bem que é sinônimo de vida: a água. O texto do PL nº 3.261/2019 – que foi recentemente aprovado pela Comissão Especial da Câmara e que atualiza

o marco regulatório do setor. Com a nova legislação, o futuro do abastecimento hídrico poderá ser regulado pela lógica do lucro, em detrimento dos brasileiros mais carentes ou distantes dos grandes centros urbanos.

Nós, da Aesbe, sabemos que levar água a quem precisa é uma questão de sobrevivência e uma responsabilidade do Estado, que não podem estar sujeitas a interesses econômicos. Graças ao atual modelo de custeio – o único capaz de universalizar o abastecimento – acontece o subsídio cruzado: os contratos de programa garantem o atendimento a áreas carentes e o investimento em municípios distantes, cobrando a mesma tarifa para todos. Assim, as companhias estaduais de saneamento reverterem o lucro arrecadado das regiões mais rentáveis para as mais deficitárias. Outra vantagem é a instituição das tarifas sociais, subsidiando-se a cobrança do consumidor de baixa renda para que caiba em seu orçamento.

Cerca de R\$ 55 bilhões foram investidos pelas companhias estaduais de saneamento urbano em oito anos. E não é verdade que a falta de acesso à água encanada, que recai sobre 35 milhões de brasileiros, seja culpa das empresas estaduais, porque cerca de 23 milhões desse contingente encontram-se na área rural, fora das nossas jurisdições e das redes de distribuição municipais.

Ao contrário do que acredita a maioria, ninguém paga pela água em si. O que as principais companhias estaduais de saneamento do Brasil entregam é serviço prestado graças à celebração dos contratos de programa com os municípios. Isso inclui planejamento, custos, engenharia, tecnologia e pessoal capacitado para atuar em um país de dimensões continentais. Transportar água e coletar esgoto por dezenas, e às vezes centenas de quilômetros, é uma realidade que exige um trabalho extenso e altamente especializado, além de vontade política e boa gestão.

Até as Nações Unidas já declararam a água um direito humano e um bem público! Em todo o mundo, entre 2000 e 2018, houve 267 casos de “remunicipalização” dos sistemas de água e esgoto. Cidades como Berlim, Budapeste e Buenos Aires, por exemplo, resgataram o poder estatal sobre a água diante do fracasso das privatizações.

É natural que, atualmente, os municípios enfrentem desafios diários para operar os serviços de água e esgotamento sanitário em parceria das companhias estaduais – muitas delas, inclusive, premiadas pela excelente gestão. Por isso, convido à seguinte reflexão: por que não dar continuidade a um modelo que, pelas razões apresentadas, considera o aspecto socioeconômico de toda a população para operar o saneamento? A substituição por uma nova lei, capaz de diluir os contratos de programa e, conseqüente, as nossas empresas estatais, criando um novo modelo econômico ancorado na lógica de mercado seria mesmo a solução para levar o saneamento a quem mais precisa? 💧



AS NOVIDADES DO SANEAMENTO ESTÃO NA SANEAR

UM NOVO EXEMPLAR
A CADA 3 MESES

12 ANOS NO
MERCADO EDITORIAL

10 MIL EXEMPLARES
DE CIRCULAÇÃO
NACIONAL

4 MIL INSCRITOS NO
ÚLTIMO ANO PARA
O RECEBIMENTO DA
VERSÃO ON-LINE




aesbe
Associação Brasileira das Empresas
Estaduais de Saneamento

QUER ANUNCIAR?

Solicite seu mídia kit: 61 3022-9600 • www.aesbe.org.br
comunicacaoimprensa@aesbe.org.br

ÁGUA

É VIDA.

SANEAMENTO

É SAÚDE!

**NOS ÚLTIMOS 10 ANOS AVANÇAMOS 48% NAS LIGAÇÕES DE
ÁGUA E 72% NAS LIGAÇÕES DE ESGOTO. COM INVESTIMENTOS
AS EMPRESAS ESTATAIS FAZEM MUITO PELO SANEAMENTO.**

SANEAMENTO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO